



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI 34/2021

Súmula: *Autoriza o Executivo Municipal a instituir atividades de Psicomotricidade Relacional nas áreas de Educação Saúde e Desenvolvimento Social no âmbito da do Município de Campo Largo.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, **APROVOU** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir na rede pública municipal de ensino, nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental as atividades de Psicomotricidade Relacional, e dá outras providências.

TÍTULO I

Dos Princípios e dos Fins da Psicomotricidade Relacional

Art. 2º - A Psicomotricidade Relacional é pautada nos princípios da liberdade e dos ideais da solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento dos potenciais do sujeito, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para as relações sócio-afetivas nos espaços educacionais, sociais e do trabalho.

§ 1º A atividades de Psicomotricidade Relacional deverá vincular-se ao espaço da escola, da saúde, do trabalho e a prática social.

§ 2º Esta metodologia tem por objetivo ações de cunho preventivo, profilático, e terapêutico, dependendo do espaço ao qual esteja vinculada, conforme posto no § 1º.

Art. 3º - As atividades de Psicomotricidade Relacional visam:

791/21
08/04/2021
(29)



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

- I - Estimular a capacidade relacional de alunos e professores, de empregado e empregador, de crianças e adultos;
- II - Proporcionar um espaço para expressão corporal da criança, jovens e adultos, na manifestação dos impulsos inconscientes que levam à busca do conhecimento, à afirmação da própria identidade e à superação de conflitos normais do desenvolvimento, potencializando o desejo para aprendizagem;
- III - Favorecer o processo de interação, desenvolvendo a capacidade relacional, a descoberta de uma comunicação afetiva, onde a autenticidade e o respeito sejam parâmetros para o projeto de vida, pessoal e profissional;
- IV - Favorecer a redução do stress, sensibilizando e desenvolvendo comportamentos de coesão e lealdade baseados em valores éticos essenciais ao equilíbrio das relações nos âmbitos profissional, social e familiar;
- V - Ajustar positivamente a capacidade de inserção social de crianças, jovens e adultos ampliando suas habilidades sociais.

TÍTULO II

Do Direito à Psicomotricidade Relacional e do Dever de oferta

Art. 4º - O dever do Município com a Psicomotricidade Relacional nos espaços públicos será efetivado mediante a garantia de:

- I - acesso público e gratuito aos educandos regularmente matriculados na rede municipal de ensino, em turmas de educação infantil e ensino fundamental.
- II - acesso público e gratuito aos cidadãos atendidos em espaços terapêuticos da rede municipal de saúde.
- III - acesso público e gratuito aos funcionários públicos municipais.
- IV - espaço físico disponibilizado pela Secretaria competente, garantindo que o mesmo seja adequado para a realização das atividades.
- V - destinar profissional habilitado com especialização específica em Psicomotricidade Relacional.

Art. 5º - As atividades de Psicomotricidade Relacional são livres à iniciativa Privada e a Rede Estadual de Ensino.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

- I - cumprimento das normas gerais do respectivo sistema de ensino quando escolas.
- II - cumprimento das normas gerais dos respectivos regimentos quando empresas e/ou repartições estaduais e/ou federais, e/ou ONG's.
- III - cumprimento das normas gerais da metodologia específica da Psicomotricidade Relacional.
- IV - capacidade de autofinanciamento das atividades.
- V- contratação de profissionais especialistas em Psicomotricidade Relacional.
- VI - capacidade de oferta de espaço adequado ao desenvolvimento das atividades de Psicomotricidade Relacional.

TÍTULO III

Das Modalidades de Atendimento com atividades de Psicomotricidade Relacional

CAPÍTULO I

Dos Âmbitos para Oferta

Art. 6º - A Psicomotricidade Relacional pode ser ofertada nos âmbitos:

- I - da escola, atendendo crianças quando da rede municipal de ensino.
- II - da saúde, atendendo crianças, jovens e adultos em situação de atendimento clínico, profilático ou terapêutico, da rede municipal de saúde.
- III - das instituições/empresas públicas (das 3 esferas) e/ou privadas, atendendo crianças, jovens e adultos.
- IV – do Desenvolvimento Social, através dos equipamentos ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social;

Parágrafo único – No caso do Incisi I do presente artigo, deverá o Poder Público providenciar a capacitação periódica dos profissionais da educação, integrantes da rede pública municipal de ensino.

CAPÍTULO II

Do Âmbito da Escola



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 7º - A Psicomotricidade Relacional no âmbito da escola tem por finalidade uma ação preventiva e profilática com o objetivo de desenvolver o educando, no intuito de assegurar-lhe o ajuste positivo de suas habilidades sócio-afetivas para o pleno exercício de sua cidadania, fornecendo-lhe meios para progredir nos estudos.

Art. 8º - Será objetivo permanente das atividades de Psicomotricidade Relacional no âmbito da Escola:

I- Possibilitar o espaço para crianças, jovens e adultos desenvolverem capacidades sócio afetivas e emocionais que é a base das capacidades e habilidades cognitivas e das relações inter e intrapessoais.

II - Atuar nos aspectos do comportamento, socialização e aprendizagem, tais como: Agressividade, Isolamento, Indisciplina, Dependências, Frustração, Medos, Déficit de Atenção, Motricidade, Limite, Expressões, Autoestima, Afetividade, Iniciativa, Hiperatividade, Criatividade.

Seção II
Dos Níveis de Modalidades de Ensino

Art. 9º - A atividades de Psicomotricidade Relacional poderá ser ofertada nos diversos Níveis e Modalidade de Ensino, desde que a escola tenha capacidade de atender os requisitos estabelecidos no artigo 4º.

CAPÍTULO III
Do Âmbito da Saúde
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 10º - A Psicomotricidade Relacional no âmbito da saúde tem por finalidade uma ação preventiva, profilática e também terapêutica com o objetivo de potencializar a evolução nos planos sócio-relacionais, cognitivos e psicoafetivo dos sujeitos, sejam eles



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

crianças, jovens ou adultos, para que possam gozar de habilidades que favoreçam sua inclusão social.

Art. 11º Será objetivo permanente das atividades de Psicomotricidade Relacional no âmbito da Saúde:

I- Possibilitar o espaço para crianças, jovens e adultos desenvolverem capacidades sócio afetivas e emocionais, que é a base das capacidades e habilidades cognitivas e das relações inter e intrapessoais.

II - Promover a expressão do sujeito em sua plenitude, recriando um espaço para vivências de aspecto afetivo que permeiam a evolução da personalidade e inserção social.

Seção II

Das Modalidades de Atendimento no Âmbito da Saúde

Art. 12º - As atividades de Psicomotricidade Relacional poderão ser ofertadas nas diversas Modalidade de Atendimento em Saúde oferecidas no município, desde que a Instituição ou Empresa tenha capacidade de atender os requisitos estabelecidos nos artigos 4º e 5º.

CAPÍTULO IV

Do Âmbito das Instituições e Empresas

Seção II

Das Tipologias de Instituições/ Empresas

Art. 13º - As atividades de Psicomotricidade Relacional poderão ser ofertadas nos diversos Tipos de Instituições e Empresas existentes no município, sejam elas governamentais, privadas, ou Organizações não Governamentais, desde que a Instituição/ Empresas tenha capacidade de atender os requisitos estabelecidos nos artigos 4º e 5º.

TÍTULO IV

Dos Recursos Financeiros



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Art. 14º - Os recursos públicos destinados às atividades de Psicomotricidade Relacional desenvolvidas pelas instituições públicas do Município, são originários de:

I - receitas de impostos da União, do Estado do Paraná e do Município, vinculado às diversas Secretarias e Departamentos.

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências, vinculadas às diversas Secretarias e Departamentos.

III - receita do salário educação e de outras contribuições sociais, quando o trabalho for vinculado à Secretaria de Educação.

IV - receita de incentivos fiscais, vinculadas às diversas Secretarias e Departamentos.

V - outros recursos previsto em Lei, vinculados às diversas Secretarias e Departamentos.

Parágrafo Único - no que se refere à utilização das receitas descritas no *caput* deste artigo, deve-se considerar o cumprimento das Leis Educacionais e as demais Leis que determinam a forma de uso dos referidos recursos financeiros.

Art. 15º - Os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de atividades de Psicomotricidade Relacional de Instituições ou Empresas do Governo Estadual e Federal, de Instituições ou Empresa Privadas ou de Organizações Não Governamentais são originários de suas próprias receitas, não cabendo ao Poder Público Municipal assumi-las ou contribuir com as mesmas.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 16º - Cabe ao Poder Público Municipal estimular, articular, divulgar e disseminar, a implantação e implementação da utilização de atividades de Psicomotricidade Relacional nas Instituições e Empresas Públicas e Privadas, do Município estabelecendo relações de intercâmbio de informações através de suas Secretarias.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Art. 17º - O Poder Público Municipal realizará programas de capacitação em Psicomotricidade Relacional para todos os professores em exercício, utilizando para isto os recursos destinados à Educação e também os recursos de Educação à Distância, bem como para os profissionais da área da Saúde que pretendam atender com atividades de Psicomotricidade Relacional.

Art. 18º - O Poder Público Municipal deverá reestruturar seu quadro funcional na área da Educação e na área da Saúde, acrescentando o Psicomotricista Relacional como um profissional em nível de especialização que atenda em espaços educacionais em ou espaços de saúde.

TÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 19º - O Poder Público Municipal conjugará todos os esforços objetivando a progressão de implantação das atividades de Psicomotricidade Relacional na sua rede municipal de ensino e nos espaços de atendimento à Saúde, utilizando-se dos programas já existentes.

Art. 20º - O Poder Público Municipal deverá adaptar seu Plano Municipal de Educação, suas Diretrizes e Metas para que possa acolher as ações e investimentos referentes às atividades de Psicomotricidade Relacional no âmbito escolar, bem como suas diretrizes e Metas relacionadas ao atendimento em saúde.

Art. 21º - O Prazo para que o Poder Público Municipal cumpra com o disposto na totalidade de artigos desta Lei será determinado pela sua regulamentação.

Art. 22º - A utilização das atividades de Psicomotricidade Relacional no âmbito escolar e da saúde vinculados diretamente ao governo municipal, deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo através de Decreto a presente Lei.

Art. 23º - O prazo para que o Poder Público Municipal regulemente a presente Lei, é de seis meses a partir da publicação da mesma.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Art. 24 ° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo, em 08 de abril de 2021.

Cléa Oliveira

Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo.

ROSICLÉA OLIVEIRA DA SILVA, vereadora que este subscreve no exercício de suas atribuições regimentais, vem com o devido acatamento, perante Vossa Excelência, a fim de apresentar a inclusa **INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI**, que “*Autoriza o Executivo Municipal a instituir atividades de Psicomotricidade Relacional nas áreas de Educação Saúde e Desenvolvimento Social no âmbito da do Município de Campo Largo*”.

O termo psicomotricidade veio caminhando com o tempo e foi usado pela primeira vez no século XIX. Já no ano de 1907, tem-se o surgimento da referência da psicomotricidade, através de Ernest Dupre.

Segundo o Instituto Neuro Saber, a psicomotricidade busca fazer a conexão dos aspectos emocionais, cognitivos e motores nas diversas etapas da vida de cada indivíduo. Na prática, são os sentimentos, o processamento de informações (concentração, memórias), movimento humano e as etapas de vida do ser humano.

Após compreendido o conceito, percebe-se que psicomotricidade na educação infantil, é uma grande ferramenta de auxílio no crescimento da criança, já que trabalha com questões de emoção e raciocínio.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

A psicomotricidade está fortemente atrelada ao desenvolvimento infantil, em especial quando consideramos o corpo enquanto instrumento de aquisição cognitiva. De fato, a psicomotricidade ajuda a trabalhar a esfera afetiva, intelectual e motora da criança, o que favorece um desenvolvimento muito mais assertivo e completo.

Principalmente nos cinco primeiros anos de vida, as habilidades psicomotoras devem ser estimuladas, visto este ser o momento mais relevante para aquisições físicas, emocionais e intelectuais da criança.

Dessa forma, na educação infantil, é fundamental que a instituição inclua essa esfera no planejamento das aulas e das atividades. Com isso, os pequenos começarão a elaborar e a compreender melhor seus movimentos, a noção de espaço e de seu próprio corpo, além de desenvolver com mais facilidade noções como respeito ao próximo e ao ambiente no qual vive.

Também, é importante o método da Psicomotricidade Relacional, que permite que a criança, por meio do brincar livre, interaja com os seus pares (crianças e adultos) expressando seus desejos, necessidades, dificuldades, fazendo o que gosta, desenvolvendo-se nos aspectos: físico, mental e social, enquanto brinca.

A Psicomotricidade Relacional é um campo inesgotável de relações com os discursos das subjetividades de cada corpo/pessoa. O respectivo projeto baseia-se no método criado por André Lapierre e Anne Lapierre, que sustenta **uma educação além dos conteúdos do currículo formal**, trazendo visibilidade aos aspectos afetivos, emocionais e o desenvolvimento integral da criança.

A Psicomotricidade Relacional na escola pode ser utilizada como uma prática preventiva e profilática, favorecendo o brincar na sua especificidade, que é organizar simbolicamente a vida psíquica da criança em processo de aquisição da autonomia e identidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Outro diferencial da Psicomotricidade Relacional é englobar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança em cada vivência, pois enquanto brinca a criança convive com os demais utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, aprendendo a respeitar as diferenças, construindo sua identidade, pessoal, social e cultural podendo expressar suas emoções, sentimentos, dúvidas, demonstrar sua criatividade sendo protagonista do seu desenvolvimento, participando de forma ativa das brincadeiras, das escolhas de materiais, da organização e desenvolvimento das atividades, explorando cada movimento, gesto, sons, emoções, relacionamento de uma forma saudável, prazerosa e significativa.

A falta de um acompanhamento psicomotricidade acarreta consequências danosas ao desenvolvimento da criança. Um dos casos que podem ser notados é a lateralidade pouco trabalhada no aluno. Isso pode causar problemas de ordem espacial, por exemplo.

A utilização dos termos direita e esquerda fica prejudicada. O pequeno apresenta certa dificuldade para acompanhar a direção gráfica de leitura e escrita. Outro problema é o fato de a criança encontrar obstáculos quanto ao entendimento na distinção de letras específicas como 'p' e 'b', entre vários transtornos que podem aparecer no período pré-escolar.

O ambiente escolar é um dos lugares mais desafiadores para crianças e educadores. Dentro de sala de aula existem várias atividades que procuram atrair o lúdico com o pedagógico, impulsionando os estudantes a aprimorar cada vez mais pontos determinantes para sua vida, como a coordenação motora.

Assim, apresenta-se esta indicação, com objetivo de criar ações efetivas no acompanhamento das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Vários municípios do país têm se atentado ao tema e proposto projetos similares, cidades como Curitiba (Lei nº 120205/07), Juranda (Lei nº 775/07), Ubiratã (Lei nº 1714/09), Paranaíba (Lei nº 1719/11) dentre outras.

Por estas razões, espera-se de Vossa Excelência, pelos fundamentos alinhados, com a sujeição da matéria às comissões competentes, após ser ouvido o Plenário que, no final, seja aprovada a **INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI** em apreço, por ser medida de direito.

Nestes termos,

P. Deferimento

Campo Largo, 08 de abril de 2021.

Cléa Oliveira

Vereadora